

GT01: A universidade como local da alteridade

Susana Abrantes, Carla Dias

A ampliação da universidade pública brasileira, somada às políticas de ação afirmativa, possibilitou mudanças profundas na composição do corpo social das instituições. Os estudantes comumente excluídos deste espaço de formação, chegam com histórias ativas que mostram uma complexidade de agendas, significados políticos e audiências, representando grupos que sobreviveram às invasões coloniais, à assimilação forçada e à escravização e que hoje lutam dentro de regimes dominantes, em resistência e reconexão aos seus valores ancestrais. O conhecimento produzido por eles nessa nova arena é resultado de situações existenciais, muitas vezes expressas por meio de histórias de vida, e reformulado nas relações interculturais e intercientíficas do cotidiano de ensino. Essas manifestações e formas de fazer mostram uma vitalidade cultural sentida dentro das universidades brasileiras que têm sido provocadas a pensar outras modelagens dadas por uma relação dialógica e a possibilitar outros pontos de vista e modificações no espaço de formação. Este GT convida pesquisadores e pesquisadoras a enviarem trabalhos que apresentem descrições, comparações e experiências sobre a universidade como o lugar da alteridade. Nos diferentes espaços da pesquisa, do ensino e da extensão há vivências distintas e inter-relacionadas sobre formas de conhecer, de sentir e de agir sobre o mundo que permitem um deslocamento do olhar docente em busca da construção de espaços mais democráticos.

É Subalterno ou Subversão?: Das Ações Afirmativas ao Rompimento com o Epistemicídio

Autoria: Rafaela Rodrigues de Paula, Steffane Pereira Santos

Com a aproximação dos 10 anos da implementação da Lei 12.711/2012 mudanças foram colocadas em curso na operação e nos modos de fazer epistemológico dentro das universidades públicas brasileiras. O que, enquanto estudantes negras, temos executado na universidade, é um processo continuado de formação de redes de alunes negres (CASSIANO, 2022) que engendram, por sua vez, um espaço confortável para a autodefinição, criando uma centralidade subversiva, como aponta Sofia Maria Nicolau (2021). Assim, não somente socialmente e espacialmente o âmbito das universidades é modificado, como também as produções que são realizadas por estudantes negres e indígenas. Isto posto, por meio de uma revisão teórica que discute a colonialidade do saber (MIGNOLO, 1995) estabelecida ao longo do tempo, seus efeitos na prática da produção acadêmica e no estabelecimento do epistemicídio (CARNEIRO, 2005). O presente trabalho objetiva traçar como a Lei de Ações Afirmativas, ao promover a inserção de alunes negres nas universidades, consequentemente propõe um giro epistemológico nas produções das universidades, que são questionadas e interpeladas por esses estudantes ao ocuparem uma nova posição enquanto produtores e não objeto do conhecimento (KILOMBA, 2019), bem como, propicia a permanência e criação de redes de apoio para esses no ambiente acadêmico. Assim incorpora-se duas perspectivas de análise, a saber: (1) o lugar da experiência (SCOTT, 1998) e posicionalidade (HARAWAY, 1995) de nossa trajetória de estudantes negras cotistas em uma universidade federal, e (2) a revisão e mobilização de epistemologias contra-hegemônicas e decoloniais manipuladas por intelectuais negres na área das Ciências Sociais que travaram embates frente ao epistemicídio que silencia as nossas vozes, constituindo parte da resistência e da materialização do sonho insubmisso dos nossos, que foram potentes vetores para que possamos estar ocupando este espaço atualmente, construindo redes de resistência e permanência. Rompendo com assim com a lógica de operação do silenciamento de corpos subalternizados e iniciando passos para que corpos subalternos possam falar (SPIVAK, 2010).

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

